

# Educação e desigualdade

TEREZINHA SARAIVA \*

Durante anos, a má distribuição de renda foi apontada por economistas, sociólogos, educadores e tantos outros, como um dos graves problemas brasileiros. Uma pequena parte dos brasileiros detinha em suas mãos a maior parte da renda nacional. O que sobrava era muito pouco para atender a muitos milhões de brasileiros, que viviam quase à margem da vida.

Essa má distribuição de renda foi, sem dúvida, um dos fatores da exclusão social e criou fatores de vulnerabilidade, que trouxeram consigo novos tecidos sociais, como a violência, o tráfico de drogas, as milícias, a desagregação familiar, etc. Poucos, tinham muito. Muitos, tinham pouco ou quase nada. Chegou-se ao ponto de termos um desdobramento da pobreza. Surgiram as classes dos miseráveis e dos indigentes.

Sempre soubemos, também, que a mudança desse triste e inaceitável quadro, em que poucos tinham acesso ao banquete régio da vida e a muitos eram destinadas as migalhas que sobravam não mudaria com políticas assistencialistas, uma vez que o assistencialismo só se justifica como instrumento de caráter transitório, enquanto as mudanças estruturais não permitem atingir o objetivo. Não são políticas assistencialistas que garantem a construção de uma sociedade mais equilibrada, mais justa, mais humana. Não são políticas assistencialistas que levam à igualdade social.

É preciso que as políticas assistencialistas, às vezes necessárias, não se limitem à distribuição de cestas básicas, de bolsas famílias e outras doações. A bolsa família acertou ao contrapor sua distribuição à obrigação da família colocar seus filhos na escola e fazer com que eles lá permaneçam até completar, pelo menos, sua educação básica. Ao exigir que as famílias que fazem jus a recebê-la cuidem da saúde de seus filhos. Evidente, que entre milhões de bolsas família distribuídas, há casos de não cumprimento da contrapartida por parte dos que a recebem. Há pessoas que não

deviam receber, pois sua renda está acima da estipulada; mas a verdade é que a maior parte das bolsas distribuídas ajudou milhões de pessoas a terem o que comer, a melhorarem a qualidade de vida da família, a colocarem seus filhos nas escolas, a cuidarem da saúde da família.

Embora se saiba que há vários fatores indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida, tem-se certeza de que a educação representava e representa a alavanca para a ascensão social e econômica, a alavanca para a inclusão social.

Estudos recentes, realizados pela Fundação Getúlio Vargas, mostram que, pela primeira vez na história, a classe C do Brasil, cujo rendimento familiar é de R\$1.115 a R\$4.807 por mês, passou a representar a maior fatia da renda nacional. Detêm 46% da renda e totalizam 91 milhões de brasileiros. Já as classes A e B correspondem a 44%. Comparando os dados de 2003 e 2008, os estudos mostram que, em 2003, a classe C detinha 37,56% da renda nacional. O contingente era de 64,1 milhões de brasileiros. Em 2008, 49,22% da população, o que representa 91 milhões de brasileiros, passaram a ter renda familiar de R\$1.115 a R\$4.807 (a nova classe C).

As classes AB (com renda acima de R\$4.807) representam 10,42% da população, isto é, 19,4 milhões de brasileiros.

A Classe D (R\$768 a R\$1.115) representa, ainda, 24,35% da população, o que corresponde a 43 milhões de brasileiros e a classe E (renda familiar até R\$768,10) representa 16,02% da população - 29,9 milhões de brasileiros.

Analisando-se esses dados, vemos que a desigualdade de distribuição de renda ainda é grande, uma vez que o Brasil possui 72,9 milhões de brasileiros nas classes D e E. Justamente as classes onde se encontram as famílias com maior número de filhos, morando mal, comendo mal, sem escolaridade ou com baixa escolaridade, sem qualificação profissional, sem trabalho com

carteira assinada, além de 9.167.000,355 pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Embora haja muito a fazer para tornar a sociedade brasileira mais equânime, o Brasil conseguiu criar uma nova classe média, a classe C, em que os brasileiros deixaram de ser classificados como pobres, porque a melhoria do nível de renda lhes proporcionou acesso a uma série de comodidades do mundo moderno, típicas da classe média. Essa melhoria teve, sem dúvida, como fator decisivo o acesso à educação, à ampliação dos anos de escolaridade, à melhor alimentação, aos cuidados com a saúde, ao emprego.

Mas é preciso não esquecer, que essa nova classe média só continuará ascendendo se aproveitar as oportunidades que o crescimento econômico proporcionar, nos próximos anos. Para isto, precisará de boa qualificação profissional, que por sua vez, está associada a um bom sistema de ensino básico. Mais uma vez, a educação como alavanca.

Os dados levantados pelos estudos da Fundação Getúlio Vargas apontam para uma melhor distribuição de renda, com a ascensão de um grupo expressivo para a classe média, mas chamam a atenção para os 72,9 milhões de brasileiros que ainda se encontram nas classes D e E e para os milhões que se encontram abaixo da linha da pobreza e que nem aparecem nesse estudo, por terem renda familiar menor que R\$768,00 ou nenhuma renda e que não vivem, sobrevivem miseravelmente.

Esse estudo aponta, ainda, para a necessidade de rever algumas políticas públicas, sobretudo as de educação, qualificação profissional, saúde, moradia, emprego e a de assistência social, que deverão ter como prioridade os brasileiros que integram as classes D e E e os que nem conseguem chegar a essas duas classes, porque estão abaixo da linha de pobreza e da vida digna.

\* Educadora